

Intersetorialidade no retorno escolar

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS SOCIAIS

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

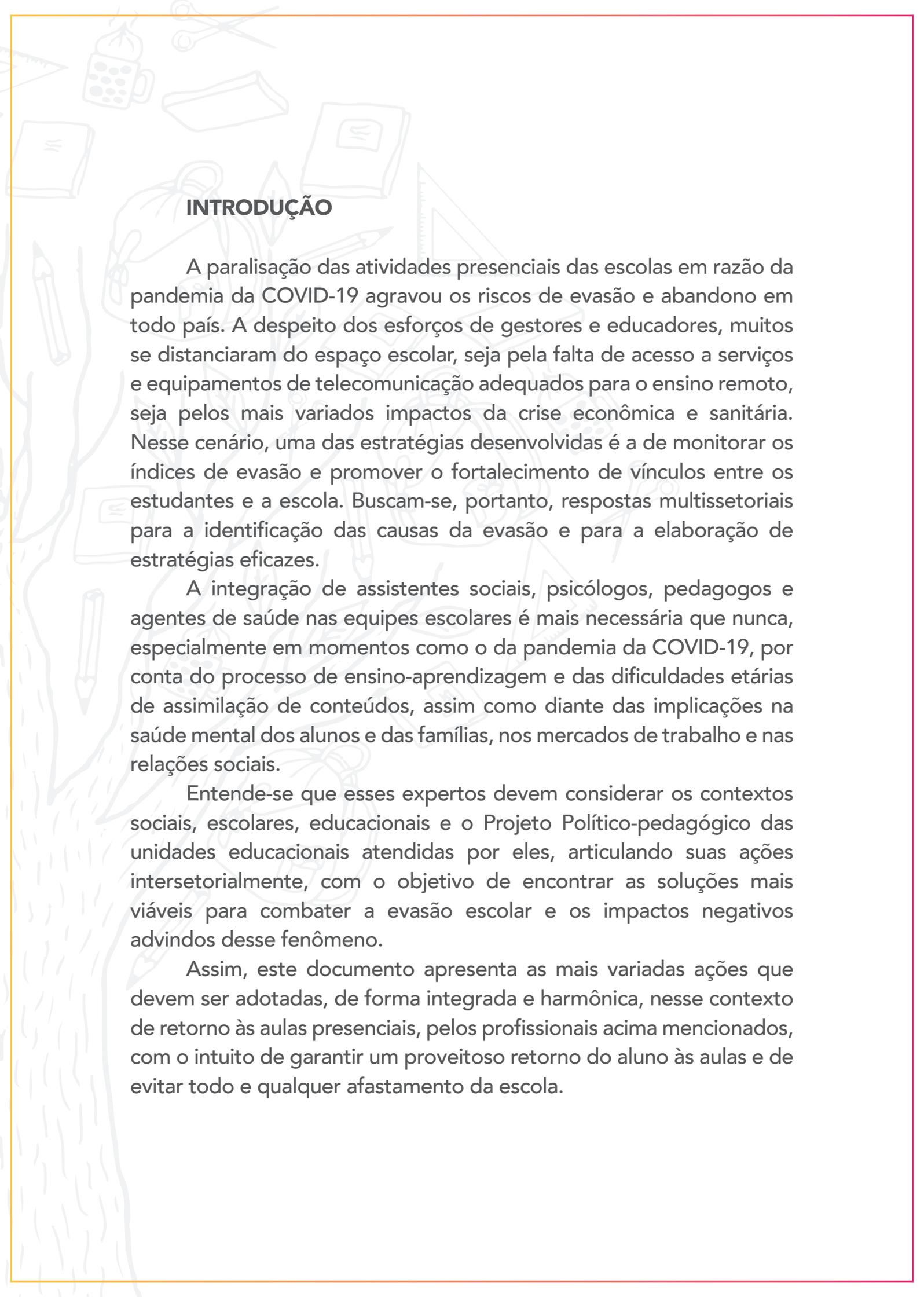
Ministério Público do Estado do Pará -MPPA
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais – CAODS

Coordenação

Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos
Coordenador CAODS

Equipe de elaboração

Ana Maria Helfer
Danielly Laurentino Damásio
Iracema Jandira Oliveira da Silva
Sheyla Regina Aben-Athar Oliveira
Thadeu Menezes de Abreu



INTRODUÇÃO

A paralisação das atividades presenciais das escolas em razão da pandemia da COVID-19 agravou os riscos de evasão e abandono em todo país. Apesar dos esforços de gestores e educadores, muitos se distanciaram do espaço escolar, seja pela falta de acesso a serviços e equipamentos de telecomunicação adequados para o ensino remoto, seja pelos mais variados impactos da crise econômica e sanitária. Nesse cenário, uma das estratégias desenvolvidas é a de monitorar os índices de evasão e promover o fortalecimento de vínculos entre os estudantes e a escola. Buscam-se, portanto, respostas multissetoriais para a identificação das causas da evasão e para a elaboração de estratégias eficazes.

A integração de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e agentes de saúde nas equipes escolares é mais necessária que nunca, especialmente em momentos como o da pandemia da COVID-19, por conta do processo de ensino-aprendizagem e das dificuldades etárias de assimilação de conteúdos, assim como diante das implicações na saúde mental dos alunos e das famílias, nos mercados de trabalho e nas relações sociais.

Entende-se que esses expertos devem considerar os contextos sociais, escolares, educacionais e o Projeto Político-pedagógico das unidades educacionais atendidas por eles, articulando suas ações intersetorialmente, com o objetivo de encontrar as soluções mais viáveis para combater a evasão escolar e os impactos negativos advindos desse fenômeno.

Assim, este documento apresenta as mais variadas ações que devem ser adotadas, de forma integrada e harmônica, nesse contexto de retorno às aulas presenciais, pelos profissionais acima mencionados, com o intuito de garantir um proveitoso retorno do aluno às aulas e de evitar todo e qualquer afastamento da escola.



APRENDIZAGEM E REFORÇO ESCOLAR NO CONTEXTO PANDÊMICO



O cenário pandêmico exigiu, das redes de ensino e, conseqüentemente, das escolas e profissionais que nela atuam, a implementação de estratégias para que pudesse ser garantido o direito à educação.

Neste contexto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou diversos Pareceres e Resoluções, tomando por base experiências e normativas internacionais, que preveem diversas possibilidades de recursos para a continuidade do ensino, a exemplo do Ensino Remoto e o Ensino Híbrido.

No entanto, mesmo sendo estabelecidas essas estratégias, um dos pontos observados pelas equipes escolares no retorno das atividades presenciais foi o prejuízo na aprendizagem dos alunos, os quais sofreram perdas significativas no processo de leitura e escrita.

Desse modo, uma das medidas fundamentais e previstas pelo CNE é a realização de Avaliação Diagnóstica dos alunos, para avaliar o seu nível de aprendizagem e as possíveis perdas ocorridas.

Assim sendo, três pontos devem ser analisados:

- 1.** A rede deve estruturar modelos avaliativos, a fim de que se possam ter resultados padronizados das perdas na aprendizagem, pois, quando não há um modelo estruturado, cada escola acaba implementando a sua forma de avaliar, o que pode acarretar dificuldade na tabulação de dados e no planejamento de estratégias a nível do municipal/estadual.
- 2.** Na sequência, após a realização do diagnóstico, deve haver a implementação de estratégias de reforço da aprendizagem. Sem ações estruturadas por parte das Secretarias de Educação, algumas escolas podem não conseguir implementar as ações e atividades necessárias, ou pela falta de profissional disponível para realização de atividades de reforço no contraturno escolar, ou pela falta de espaço disponível. Para aquelas escolas que não conseguem implementar o reforço escolar, pelos motivos citados, as Secretarias de Educação podem pensar em estratégias de organização de salas de reforço na escola que tenha espaço disponível, com a designação de profissional para atuar no local e a congregação dos alunos das escolas do entorno para frequentarem as aulas no contraturno escolar.
- 3.** Deve ser garantido um coordenador pedagógico nas equipes escolares, principalmente nas redes municipais de ensino, uma vez que o profissional é essencial no processo de planejamento das ações escolares. Nas escolas do campo e ribeirinhas, nota-se a ausência do profissional nos espaços escolares, o que dificulta o processo de planejamento das estratégias de reforço escolar e de aprendizagem.



ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR



Entende-se por evasão escolar o abandono das instituições de ensino por parte dos alunos, influenciados por inúmeras situações econômicas, sociais e psicológicas, que interferem nos processos de aprendizagem e requisitam uma ação coletiva interdisciplinar com a participação da comunidade escolar e da família.

O assistente social na escola desenvolve a prática de promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade escolar, atuando na prestação de serviços socioassistenciais e facilitando o acesso a programas e informações.

Assim, o assistente social, no combate à evasão escolar, desenvolve ações educativas, comprometidas com a garantia dos direitos sociais, contribuindo para o ingresso, regresso, permanência e sucesso do aluno na escola.

Logo, é importante analisar as seguintes ações que devem ser desenvolvidas pelo assistente social:

1. Identificar as principais problemáticas sociais que culminaram com o abandono das instituições de ensino por parte dos alunos.
2. Orientar a comunidade escolar por meio de palestras e oficinas com temas voltados ao direito à educação e às políticas sociais, a fim de prevenir a evasão escolar e melhorar o rendimento do aluno.
3. Incluir a família no processo educativo.
4. Atuar em parceria, garantindo a intersetorialidade e o fortalecimento da rede.
5. Utilizar o programa Busca Ativa Escolar (UNICEF), como prevenção e combate à evasão escolar.
6. Encaminhar ao atendimento básico do SUAS (CRAS), quando necessário.
7. Promover a educação inclusiva.
8. Avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas com os demais integrantes da equipe interdisciplinar.



AÇÕES DO PSICÓLOGO PARA APOIAR A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS



Os psicólogos, quando atuam na educação básica, devem considerar os contextos sociais, escolares, educacionais e o Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais atendidas por eles, articulando suas ações intersetorialmente com as áreas da saúde, da assistência social, dos direitos humanos, e outros.

Diante de um cenário com possível presença de estudantes com problemas de saúde mental e processo de aprendizagem prejudicado, cumpre elencar algumas estratégias que os psicólogos podem adotar, a fim de promover o devido apoio, em especial no contexto de retorno das aulas presenciais:

- 1.** Identificar sinais de problemas de saúde mental, avaliando, detalhadamente, comportamentos relatados pela família e professores, bem como orientar a comunidade escolar a ficar mais atenta, pois os comportamentos disfuncionais são um sinal de alerta de que algo não está bem.
- 2.** Orientar os cuidadores e professores sobre a necessidade de promoverem momentos regulares de conversas com os alunos. Esses momentos são excelentes oportunidades para a expressão de sentimentos e pensamentos acerca do que estão vivenciando no retorno às aulas presenciais.
- 3.** Estimular a aquisição de bons hábitos de sono, a realização de atividade física, a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a manutenção de um equilíbrio saudável entre estudo e lazer.
- 4.** Além de proporcionar momentos de troca e compartilhamento entre os alunos e os cuidadores, é importante manter, sempre que possível, os rituais familiares.
- 5.** Promover a valorização nos aspectos positivos que podem ter no retorno às aulas presenciais, bem como promover a identificação e a construções de valores, aspirações e significados importantes, tanto nos alunos como nos cuidadores e professores.
- 6.** Deve ser promovido o desenvolvimento de habilidades, a fim de que cuidadores e professores possam ter mais empatia com relação ao contexto dos alunos, uma vez que isso pode facilitar uma comunicação eficiente.
- 7.** Desenvolver a habilidade dos professores e cuidadores de dar maior atenção aos comportamentos funcionais dos alunos, devendo, sempre que possível, reforçá-los.
- 8.** Orientar cuidadores e professores na adoção de estratégias para promover uma rotina mais organizada e adaptada ao novo contexto, com estratégias de apoio para a realização das tarefas escolares.
- 9.** Realizar um treinamento com os cuidadores e professores, a fim de eles desenvolvam habilidades referentes às práticas educativas e de socialização emocional de alunos, como ensinar os estudantes a compreender, expressar e regular as próprias emoções e a lidar com as emoções que os outros expressam.
- 10.** Promover o aprendizado de estratégias para lidar com o estresse é fundamental para que cuidadores e professores consigam ser atores eficazes no desenvolvimento dos alunos. As ações devem ter como foco adotar uma vida mais saudável, iniciar e manter bons relacionamentos, reavaliar pensamentos disfuncionais, regular emoções desagradáveis associadas às situações estressantes, reduzir fatores que causam estresse, entre outros.



A SAÚDE E ALGUMAS CAUSAS DE EVASÃO ESCOLAR



De acordo com o subitem 4.2.6, alínea b, incisos I a IV, do item 4 do Anexo XXII do Capítulo I da Portaria de Consolidação n.º 2/2017, que versa sobre Política Nacional de Operacionalização da Atenção Básica, são atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS):

- 1.** Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local.
- 2.** Utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade.
- 3.** Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético.
- 4.** Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades.

Assim, é necessário que seja estimulado o fluxo de intercomunicação entre as Secretarias de Saúde, por meio da atuação dos ACS, com a finalidade de:

- 1.** Monitorar a ocorrência de doenças transmissíveis e preveníveis por vacinação, tanto no domicílio como na escola, a exemplo de hepatite B, meningite, sarampo, caxumba (papeira), coqueluche, pneumonia, rubéola e tétano, que podem vir a causar a evasão escolar.
- 2.** Atuar em conjunto para bloquear a transmissão dos agravos.
- 3.** Acompanhar o cumprimento do agendamento da vacinação por meio do cartão individual dos alunos de todas as faixas etárias.
- 4.** Informar a escola na ocorrência de faltosos nas Unidades de Saúde (alunos e/ou residentes domiciliares), tanto para vacinação como para o tratamento/acompanhamento de tuberculose e hanseníase.
- 5.** Informar a Secretaria Municipal de Saúde sobre a suspeita da ocorrência de doença transmissível na escola e/ou nos residentes domiciliares.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS SOCIAIS - CAODS

